

A ANÁLISE LINGUÍSTICA SOB O ENFOQUE DAS PROJEÇÕES DA ENUNCIÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A SEMIÓTICA DISCURSIVA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Sonia Merith-Claras*

Resumo: O objetivo deste trabalho é demonstrar como o conceito de análise linguística, perspectiva defendida por João Wanderley Geraldi, foi relacionado aos pressupostos da Semiótica Discursiva durante pesquisa de doutorado. Mais precisamente, nosso propósito é destacar como o estudo das projeções da enunciação (de pessoa, tempo e espaço) foi transposto para o ensino da língua portuguesa. Partimos, inicialmente, das contribuições de Geraldi sobre leitura e análise linguística que perpassaram as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná para, então, tratarmos da pesquisa realizada, trazendo exemplos do material desenvolvido e aplicado em uma turma do Ensino Fundamental.

Palavras-Chave: Ensino; Análise Linguística; Projeções da Enunciação; Semiótica Discursiva.

LINGUISTIC ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF ENUNCIATION PROJECTIONS: A CONVERGENCE BETWEEN DISCURSIVE SEMIOTICS AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING

Abstract: This paper aims to demonstrate how the concept of linguistic analysis, a perspective defended by João Wanderley Geraldi, was related to the assumptions of Discursive Semiotics during doctoral research. More precisely, we aim to highlight how the study of enunciation projections (of person, time and space) has been transposed to Portuguese language teaching. We begin with Geraldi's contributions to reading and linguistic analysis, which permeate the Curriculum Guidelines of the State of Paraná, and then address the research carried out, bringing examples of the material developed and applied in an elementary school class.

Keywords: Teaching; Linguistic Analysis; Enunciation Projections; Discursive Semiotics.

Introdução

As contribuições de João Wanderley Geraldi, conforme argumentado na proposta deste dossiê, perpassam a formação e atuação dos professores de língua portuguesa desde a década de 1980. Das suas obras, *O texto na sala de aula* (1984) e *Portos de Passagem* (1997) foram as que mais estiveram presentes em minha trajetória docente. Primeiro elas subsidiaram a minha

formação inicial no Curso de Letras e, depois, essas obras alicerçaram as discussões teóricas promovidas na minha atuação profissional, tanto na formação inicial quanto na formação continuada de professores.

Lembro-me de como essas duas obras me foram apresentadas. Ainda aluna do Curso de Letras, mas já professora de língua portuguesa do Ensino Fundamental e Médio numa escola do interior, ganhei da bibliotecária do colégio *O texto na sala de aula*, obra que fazia parte do acervo de uma escola rural que tinha sido fechada e que estava para doação. Na ocasião, a bibliotecária disse que aquela era uma obra que me ajudaria como professora de língua portuguesa, e ela estava certa! Lá se vão mais de 25 anos e o livro que já chegou usado até mim, por vezes, é retomado para discussões basilares sobre concepção de linguagem e o ensino da língua portuguesa.

Por sua vez, *Portos de Passagem* tem uma ligação mais forte com minha trajetória acadêmica, quer seja, com minha atuação enquanto professora e pesquisadora. A primeira leitura que fiz do livro foi na seleção para o mestrado, haja vista que ele era um requisito para a prova escrita. Depois desse encontro, a obra nunca mais me deixou, passando a fazer da minha formação acadêmica e da minha pesquisa de doutorado, além, é claro, de fazer parte das minhas aulas na graduação, já que os encaminhamentos teóricos sobre leitura, produção de textos e análise linguística apresentados na obra ainda são retomados no Curso de Letras no qual eu sou docente.

Para este trabalho, entretanto, é das aproximações entre os pressupostos defendidos por João Wanderley Geraldi e minha pesquisa de doutorado que falaremos. Nosso intuito é demonstrar como o viés da análise linguística foi trabalhado sob a ótica da Semiótica Discursiva, teoria que subsidiou a pesquisa em pauta. Sendo assim, organizamos nossas discussões em duas partes principais, a primeira que apresenta os conceitos sobre leitura e análise linguística assumidos no contexto do ensino da língua portuguesa à época do estudo; e a segunda que exemplifica como a análise linguística foi abordada sob o enfoque das projeções da enunciação.

Antes de desenvolvermos as discussões a que nos propomos, no entanto, gostaria de ressaltar que essa linguagem mais subjetiva, utilizada nesta parte introdutória, é a que melhor revela o caráter afetivo em relação ao homenageado

neste dossiê, professor João Wanderley Geraldi. É muita gratidão a este professor/pesquisador que tanto contribuiu para o ensino da língua materna, com suas pesquisas e publicações.

1. As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná

Como foi dito anteriormente, os pressupostos de Geraldi perpassaram a formação e atuação dos professores e isso se deve ao fato, principalmente, de suas obras/propostas terem subsidiado documentos oficiais de ensino, como aconteceu com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (DCEs). É dessa retomada que partimos, uma vez que as Diretrizes Curriculares, publicadas em 2008, era o documento vigente e que regia o ensino da língua portuguesa no Estado do Paraná na ocasião de nossa pesquisa. Parte de nosso estudo, portanto, era retomar os conceitos e encaminhamentos metodológicos definidos nas DCEs sobre linguagem, leitura e análise linguística, isso porque, num segundo momento de nossa pesquisa, a proposta era desenvolver atividades de leitura e análise linguística numa turma de 8ª série do ensino fundamental. Ao retomarmos as Diretrizes, as contribuições de João Wanderley Geraldi ganham destaque, uma vez o documento retoma perspectivas assumidas pelo autor homenageado.

A concepção de linguagem, como fenômeno social, que nasce da necessidade de interação (política, social, econômica) entre os homens é a defendida pelas Diretrizes. Nessa perspectiva, a fundamentação teórica do documento pauta-se nas reflexões da linguagem do Círculo de Bakhtin.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui a realidade fundamental da língua (Bakhtin, 1999, p.23).

Nesse prisma, da linguagem concebida como processo de interação social, o ensino da língua materna “requer que se considerem os aspectos sociais e históricos em que o sujeito está inserido, como o contexto de produção do enunciado, uma vez que os seus significados são sociais e historicamente

construídos” (Paraná, 2008, p.49). Isso porque a palavra não pode ser dissociada de seu contexto de produção, já que, segundo Bakhtin/Volochinov (1999, p. 113), toda palavra comporta duas faces. “Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte.” Partindo da visão bakhtiniana, de que as palavras estão sempre carregadas de “fios ideológicos”, as DCEs (Paraná, 2008, p. 50) reiteram que o ensino-aprendizagem de língua portuguesa objetiva aprimorar “os conhecimentos linguísticos e discursivos dos alunos, para que eles possam compreender os discursos que os cercam e terem condições de interagir com esses discursos.” Sendo assim, a língua deve ser percebida/compreendida “como uma arena em que diversas vozes sociais se defrontam, manifestando diferentes opiniões”.

Isso posto, convém ressaltar que as DCEs, no referente à concepção de linguagem, já partem de uma visão discursiva da linguagem, não retomando o processo histórico de como a linguagem foi concebida em outros momentos teóricos, tais como estabeleceu Geraldi (1984a): como expressão do pensamento; como instrumento de comunicação; como forma de interação.

Nestas Diretrizes, considera-se o processo dinâmico e histórico dos agentes na interação verbal, tanto na constituição social da linguagem, que ocorre nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais etc., quanto dos sujeitos envolvidos nesse processo. (Paraná, 2008, p.50).

A partir dessa perspectiva de linguagem, o documento estabelece os conceitos e encaminhamentos sobre leitura e análise linguística.

1.1 Leitura

Considerando a concepção de linguagem como forma de interação social, a leitura é definida pelas Diretrizes (Paraná, 2008, p.56) como “um ato dialógico, interlocutivo, que envolve demandas sociais, históricas, políticas, econômicas, pedagógicas e ideológicas de determinado momento.” No processo da leitura, o indivíduo realiza uma ação, que não é passiva, já que busca as suas experiências, conhecimentos que envolvem um saber prévio, a sua formação

familiar, religiosa e cultural. É no momento da leitura que emergem as diferentes vozes que constituem o sujeito leitor.

Tendo em vista a linguagem como um processo dialógico, a leitura passa a ser compreendida como coprodução de sentidos. Nessa concepção, as condições de produção da leitura, sua exterioridade, são tão significativas e relevantes quanto o texto. A leitura se dá considerando o leitor, o autor, o contexto em que se deu a leitura e o momento sócio-histórico no qual o leitor se acha inserido. Nessa perspectiva, Geraldi (1984b) defende a leitura como um processo de interação entre leitor/autor mediado pelo texto. “Encontro com o autor, ausente, que se dá pela sua palavra escrita” (Geraldi, 1984b, p. 80). Nesse processo, o leitor não é passivo, porém é o agente que busca sentidos, significações.

O autor, instância discursiva de que emana o texto, se mostra e se dilui nas leituras de seu texto: deu-lhe uma significação, imaginou seus interlocutores, mas não domina sozinho o processo de leitura de seu leitor, pois este, por sua vez, reconstrói o texto na sua leitura, atribuindo-lhe a sua (do leitor) significação (Geraldi, 1984b, p.80).

Desse modo, o autor não detém sozinho o sentido do que escreveu, porque na leitura o leitor também produz sentido. Já o texto não é algo acabado, fechado em apenas uma leitura; é sim, algo maior, como um campo onde se plantam ideias e germinam os sentidos.

O produto do trabalho de produção se oferece ao leitor, e nele se realiza a cada leitura, num processo dialógico cuja trama toma as pontas dos fios do bordado tecido, para tecer sempre o mesmo e outro bordado, pois as mãos que agora tecem, traçam e trazem outra história. Não são mãos amarradas – se o fossem, a leitura seria reconhecimento de sentidos e não produção de sentidos; não são mãos livres que produzem os seus bordados apenas com os fios que trazem nas veias de sua história – se o fossem, a leitura seria um outro bordado que se sobrepõe ao bordado que se lê, ocultando-o, apagando-o, substituindo-o. São mãos carregadas de fios que no que se disse pelas estratégias de dizer se oferece para a tecedura do mesmo e outro bordado.

É o encontro desses fios que produz a cadeia de leituras constituindo os sentidos de um texto. E como uma cadeia, e os elos de ligação são aqueles fornecidos pelos fios das

estratégias escolhidas pela experiência de produção do outro (o autor) com que o leitor se encontra na relação interlocutiva de leitura. A produção deste leitor é marcada pela existência do outro, o autor, tal como este, na produção do texto que se oferece à leitura, se marcou pelos leitores que, sempre, qualquer texto demanda. Se assim não fosse, não seria interlocução, encontro, mas passagem de palavras em paralelas, sem escuta, sem contra palavras: reconhecimento, sem compreensão (Geraldi, 1997, p. 166-167).

Dessa forma, o texto é considerado como centro, como o material e o concreto, como sugere Geraldi (1997) na metáfora citada anteriormente. Entretanto, o texto possui suas “incompletudes” que são preenchidas pelo leitor na ocasião da leitura. Sob esse enfoque, cada leitor trará sua historicidade e conhecimento para preencher as lacunas e pode o mesmo leitor, em momentos diferentes, produzir sentidos diversos para um mesmo texto. Podem, conseqüentemente, nascer também diferentes leituras. “O leitor trabalha para reconstruir este dito, baseado também no que se disse e em suas próprias contra palavras” (GERALDI, 1997, p.167). De acordo com o autor, o texto traz as marcas de sua inserção num espaço e num tempo histórico, marcas relativas aos seus sujeitos produtores, às ideologias que veicula, aos objetivos que pretende alcançar, às instituições no interior das quais se efetiva etc. Nesse sentido, o ato de ler pode ser definido como um constante diálogo (tenso) entre nossas palavras e as palavras dos outros. Isso só é possível numa relação dialética: o texto é condição para a leitura; a leitura vivifica os textos. Segundo Geraldi (1997), há a modificação do leitor na experiência da leitura, ou porque adere aos pontos de vista com que compreende o mundo ou porque modifica tais pontos de vista, em face do diálogo mantido por meio do texto com seu autor.

Em síntese, Geraldi (1997) vem referendar, ao lado de outros autores, a leitura numa perspectiva dialógica, de coprodução de sentidos entre interlocutores, em que leitor, autor e o momento sócio-histórico são indispensáveis para que a leitura aconteça.

É na dimensão dialógica, discursiva que a leitura deve ser experienciada, desde a alfabetização. O reconhecimento das vozes sociais e das ideologias presentes no discurso, tomadas nas teorizações de Bakhtin, ajudam na construção de sentido de

um texto e na compreensão das relações de poder a ele inerentes (Paraná, 2008, p. 57).

1.2 Análise Linguística

Conforme definem as Diretrizes, a expressão “análise linguística” é usada para se referir ao estudo dos conhecimentos linguístico-discursivos a serem desenvolvidos no ambiente escolar pelos alunos. Com o objetivo de melhor definir o que concebem pela prática da análise linguística, as DCEs retomam o livro *O texto na sala de aula*, organizado por Geraldi. Essa obra é tida como uma ruptura, ou melhor, um marco, o início de uma proposta de abordagem de ensino calcada no texto. A publicação “trouxe uma nova perspectiva a respeito do trabalho da Língua Portuguesa na escola, em especial ao que se refere ao ensino de gramática”. (Paraná, 2008, p. 60). É a partir de então que a expressão “análise linguística” passa a ser incorporada ao discurso do ensino. Geraldi (1984a) propõe, nessa obra, uma metodologia de trabalho que envolve a prática de leitura de textos, a prática de produção de textos e a prática de análise linguística destacando que todas elas devem estar calcadas na concepção de linguagem como forma de interação. “Acredito que esta concepção implicará numa postura educacional diferenciada, uma vez que situa a linguagem como o lugar de constituição de relações sociais, onde os falantes se tornam sujeitos” (Geraldi, 1984a, p. 43).

A fim de melhor definir o que se compreende por análise linguística, as Diretrizes destacam a definição feita por Geraldi (1984c):

O uso da expressão ‘análise linguística’ não se deve ao mero gosto por novas terminologias. A análise linguística inclui tanto o trabalho sobre as questões tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto, entre as quais vale a pena citar: coesão e coerência internas do texto; adequação do texto aos objetivos pretendidos; análise dos recursos expressivos utilizados [...]; organização e inclusão de informações etc. (Paraná, 2008, p. 60).

Contudo, é na obra *Portos de passagem* que Geraldi (1997) amplia a definição de análise linguística.

Com a expressão 'análise lingüística' pretendo referir precisamente este conjunto de atividades que tomam uma das características da linguagem como seu objeto: o fato de ela poder remeter-se a si própria, ou seja, com a linguagem não só falamos sobre o mundo ou sobre nossa relação com as coisas, mas também falamos sobre como falamos (Geraldi, 1997, p. 189).

Segundo Geraldi (1997), o termo análise linguística refere-se a duas formas de refletir acerca da linguagem. A essas formas de refletir a respeito da linguagem o autor chama atividades epilinguísticas e atividades metalinguísticas. "Prefiro a expressão 'análise linguística', distinguindo no interior dela atividades epilinguísticas de atividades metalinguísticas" (Geraldi, 1997, p. 190). As atividades epilinguísticas referem-se a uma reflexão acerca da linguagem, "e a direção desta reflexão tem por objetivos o uso destes recursos expressivos em função das atividades linguísticas em que está engajado" (Geraldi, 1997, p. 190). Já as atividades metalinguísticas dizem respeito a uma "reflexão analítica sobre os recursos expressivos, que levam à construção de *noções* com as quais se torna possível categorizar tais recursos" (Geraldi, 1997, p. 190).

A criança, antes mesmo de adentrar ao universo escolar, "opera sobre a linguagem, reflete sobre os meios de expressão usados em suas diferentes interações, em função dos interlocutores com que interage, em função dos objetivos nesta ação" (Geraldi, 1997, p.189). Desse modo, a escola deve priorizar, num trabalho com a língua, primeiro as atividades epilinguísticas, para depois realizar, avançar para atividades em torno da metalinguagem. "Ora, para que as atividades metalinguísticas tenham alguma significância neste processo de reflexão que toma a língua como objeto, é preciso que as atividades epilinguísticas as tenham antecedido". (Geraldi, 1997, p.191). O autor destaca, ainda:

Se quisermos inverter a flecha do ensino, propugnando por um processo de produção de conhecimento e não de reconhecimento, é problemática a prática comum na escola de partir de uma noção já pronta, exemplificá-la e, através de exercícios, fixar uma reflexão. Na verdade, o que se fixa é a metalinguagem aprendida na escola para analisar esta língua. Esta percepção é fruto do trabalho escolar: o aluno, falando em português, diz não saber português (Geraldi, 1997, p.191).

Tendo em vista que os alunos trazem para a escola um conhecimento prático referente à linguagem, adquirido nas interações cotidianas, as Diretrizes reiteram que toda a reflexão em torno da língua deve considerá-la na perspectiva de seu uso.

O trabalho de reflexão linguística a ser realizado com esses alunos deve voltar-se para a observação e análise da língua em uso, o que inclui morfologia, sintaxe, semântica e estilística; variedades linguísticas; as diferenças entre língua oral e língua escrita, quer no nível fonológico-ortográfico, quer no nível textual e discursivo, visando à construção de conhecimentos sobre o sistema linguístico. (Paraná, 2008, p.60).

O tipo de abordagem requer que se extrapolem os limites da palavra e da frase. “O estudo da língua que se ancora no texto extrapola o tradicional horizonte da palavra e da frase” (Paraná, 2008, p.60). Nessa perspectiva, buscase, no trabalho pedagógico, entendido por análise linguística, “verificar como os elementos verbais (os recursos disponíveis da língua), e os elementos extraverbais (as condições e situação de produção) atuam na construção de sentido do texto.” (Paraná, 2008, p.60).

O ensino da língua considerando o seu uso, as escolhas feitas por um enunciador para produzir determinados efeitos de sentido é, portanto, a ponte que estabelecemos entre a proposta de análise linguística e a Semiótica Discursiva. Quer seja, nosso estudo priorizou a construção de atividades de leitura que possibilitassem uma reflexão sobre o uso da linguagem, em prol dos sentidos do texto. Como não cabe neste texto exemplificar todo o trabalho de pesquisa realizado, daremos prioridade apenas a algumas das atividades desenvolvidas com os alunos, as quais enfatizam as projeções da enunciação.

2. Sintaxe discursiva: as projeções da enunciação

A Semiótica Discursiva se insere entre as teorias que se ocupam do texto e do discurso. Para examinar os mecanismos e procedimentos que compõem o plano do conteúdo de um texto, a teoria propõe o percurso gerativo do sentido, que metodologicamente se organiza em três níveis: um nível fundamental, um nível narrativo e um nível discursivo. Todos os níveis do percurso gerativo do sentido possuem um componente sintático e um componente semântico. Ao

perpassar por esses níveis, “busca-se o *quê*, mas por vias do *como*, não o sentido verdadeiro, mas, antes, o parecer verdadeiro, o simulacro; não a fragmentação do sentido, mas a totalidade, depreendida da unidade textual” (Cortina; Marchezan, 2004, p.394).

É no nível discursivo, patamar mais superficial, mais próximo da manifestação textual, que os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação, o qual faz escolhas de pessoa, tempo e espaço, transformando a narrativa em discurso. A Semiótica Discursiva entende a enunciação na perspectiva definida por Benveniste (1989), como ato de produção do discurso, uma instância pressuposta pelo enunciado. A enunciação é, portanto, o ato de colocar em funcionamento, por um ato individual de utilização, a própria língua; “é ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto de um enunciado, que é nosso objeto” (Benveniste, 1989, p. 82). A reprodução, ou não, das marcas da enunciação no enunciado é uma escolha do enunciador. Sendo assim, a enunciação pode ser reconstruída a partir dessas marcas espalhadas no discurso. É nas estruturas discursivas que a enunciação mais se manifesta e se revela, e “onde mais facilmente se apreendem os valores sobre os quais ou para os quais o texto foi construído” (Barros, 2005, p.54).

Os mecanismos propostos pela sintaxe discursiva, do nível discursivo, visam a recuperar e analisar as opções do sujeito da enunciação, bem como os efeitos de sentido que essas escolhas produzem nos enunciados. As projeções da enunciação no discurso podem ser observadas por meio do mecanismo de *debreagem*. Quando a intenção é causar um efeito de *proximidade* da enunciação, o enunciador lança mão da *debreagem* enunciativa, projetando-se no discurso a primeira pessoa, *eu*, o tempo presente, *agora*, e o espaço do *aqui*.

A *debreagem* enunciativa projeta, pois, no enunciado o *eu-aqui-agora* da enunciação, ou seja, instala no interior do enunciado os actantes enunciativos (*eu/tu*), os espaços enunciativos (*aqui*, *aí* etc.) e os tempos enunciativos (presente, pretérito perfeito 1, futuro do presente) (Fiorin, 2006, p. 58-59).

Ao contrário, quando o intuito é produzir um efeito de *distanciamento* da enunciação, o enunciador instala as pessoas no discurso a partir de uma

debreagem enunciva, quer dizer, projeta no discurso a terceira pessoa, o *ele*, o tempo do *então* e o espaço do *lá*.

A debreagem enunciva constrói-se com o *ele*, o *alhures* e o *então*, o que significa que, nesse caso, ocultam-se os actantes, os espaços e os tempos da enunciação. O enunciado é então construído com os actantes do enunciado (terceira pessoa) os espaços do enunciado (aqueles que não estão relacionados ao *aqui*) e os tempos do enunciado (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito ou presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro) (Fiorin, 2006, p. 59).

Partindo do princípio de que todo discurso procura persuadir seu destinatário de que é verdadeiro (ou falso), os mecanismos discursivos têm por propósito criar a ilusão de verdade (Barros, 2005). Assim, os recursos de debreagem utilizados pelo enunciador precisam ser estudados considerando o contexto de uso, bem como os sentidos que o enunciador busca produzir. Como dissemos, refletir sobre essas escolhas no processo de leitura é estudar os textos dentro da perspectiva da análise linguística, conforme discute Geraldini (1984, 1997).

2.1 A obra em estudo: a crônica

Como dissemos, durante a nossa pesquisa de doutorado, deveríamos elaborar um material didático para uma turma de 8ª série do ensino fundamental, integrando atividades de leitura e de estudo/reflexão da língua à luz da Semiótica Discursiva. Quer seja, partir de uma situação de uso para, então, realizar atividades que levassem os alunos a refletir sobre as escolhas de linguagem feita por um enunciador, as atividades epilinguísticas, para depois refletir e aprimorar o conhecimento sobre a língua em estudo, as atividades metalinguísticas.

O texto selecionado para o estudo foi a crônica de Rachel de Queiroz, *Metonímia, ou a vingança do enganado*, o qual fazia parte do material didático dos alunos, a coleção *Tudo é Linguagem* (Borgatto; Bertin; Marchezi, 2008). Dessa forma, não alteramos o objeto de leitura dos alunos, apenas modificamos a metodologia de abordagem.

O texto *Metonímia, ou a vingança do enganado* está dividido em três quadros: I, II e III. Além dessa divisão, pode-se observar no interior do texto o desenvolvimento de uma crônica e, dentro desta, a elaboração de um conto. Sendo assim, a fim de respeitar essa distribuição, a análise que realizamos no estudo estava dividida em quadros, transitando ora no universo da crônica, ora no universo do conto. Os exemplos que traremos para esta discussão dizem respeito ao quadro I, quando se inicia a crônica e o conto. Para ter acesso a todo o material desenvolvido na pesquisa, bem como ao texto em estudo, ver (Merith-Claras, 2011).

Sobre a crônica, todo o enredo desenvolvido pela autora vai pautar-se em casos de metonímias. Optamos por preservar a análise dessa primeira parte no viés da sintaxe discursiva, já que é o nível do percurso gerativo em discussão neste trabalho.

Metonímia – a palavra me ficou na memória desde o ano de 1930, quando publiquei o meu livro de estréia, aquele romance de seca chamado *O quinze*.

O enunciador delega voz a um narrador que conta, narra os acontecimentos na pessoa do *eu*, no espaço do *aqui* e no tempo do *agora*. As marcas da enunciação enunciada podem ser recuperadas no enunciado pelo pronome pessoal *me*, pelo pronome possessivo *meu*, e ainda, pela desinência verbal *-ei*, do verbo *publiquei*. Como é a partir da pessoa que se estabelecem as relações de tempo e espaço, temos no discurso o espaço do *aqui*, nesse texto um lugar pressuposto, e o tempo do *agora*, gerado pelo ato de linguagem. Essa opção do enunciador pela debreagem enunciativa produz o efeito de subjetividade, já que os fatos são narrados do ponto de vista de quem os viveu. Portanto, todo o discurso está impregnado de parcialidade, de subjetivismo, isso porque, todos os acontecimentos que envolvem o narrador, o crítico e a publicação da obra *O quinze* são contados no viés desse narrador. É o narrador persuadindo o narratário a crer que o crítico não passa de um *zoiilo* e que cometeu um erro ao censurar a sua (do narrador) construção metonímica. A fim de causar efeito de verdade, de simular a realidade, o enunciador utiliza-se do recurso da ancoragem, daí a referência ao crítico, ao professor de latim, Dr.

Matos Peixoto, ao nome do livro, *O quinze*, e ao ano da publicação 1930. Esse recurso da iconização simula o fazer real, é como se tudo tivesse, de fato, acontecido. Como a Semiótica recupera, analisa a verdade produzida pela linguagem, não importa se realmente alguém publicou o livro ou se os fatos descritos aconteceram, o que interessa é a verdade produzida pela linguagem. No entanto, nesse texto, em especial, há uma coincidência entre a verdade produzida pela linguagem e a veracidade dos fatos, já que Rachel de Queiroz publicou, de fato, a obra *O quinze*. Essa coincidência apenas reitera a ideia de verdade produzida pelo discurso, contudo, não é essa coincidência que produz tal efeito, e sim, a organização discursiva, as escolhas, as opções de linguagem do enunciador.

Outro recurso utilizado para causar efeito de verdade é a delegação de voz feita pelo narrador aos personagens do texto. As falas do crítico e das personagens, no caso do trote do telefone, em discurso direto, dizem respeito a uma debreagem interna, uma nova instância enunciativa, na qual se projetam um interlocutor e um interlocutário. Ao delegar a fala a uma personagem, o narrador deixa que esta fale por si. Essa nova instância enunciativa reforça a ideia de veracidade dos fatos narrados.

No jogo discursivo, em que enunciador quer fazer o enunciatário crer nas suas verdades, aparecem diferentes estratégias discursivas. Por exemplo, algumas escolhas lexicais denunciam, revelam um tom pejorativo, utilizado pelo narrador, no intuito de fazer com que o narratário creia, justamente, no sentido contrário ao dito no enunciado. De acordo com Fiorin (2006), quando se afirma algo no enunciado, porém, nega-se na enunciação, estabelece-se a figura denominada pela retórica de antífrase ou ironia. No enunciado, diz-se *sensato homem*, contudo, o enunciador quer que o enunciatário creia justamente no sentido contrário da expressão, ou seja, que o crítico não é um *sensato homem* e sim, um *zoilo*. Para tanto, o narrador apresenta ao longo do texto várias evidências visando a comprovar a falha do crítico. Todo o discurso do narrador aponta para o que ele realmente pensa do crítico, um *zoilo* e não, um *sensato homem*, ou seja, no enunciado se diz *sensato homem*, mas na enunciação, o sentido pretendido é outro.

Outro vocábulo utilizado pelo narrador em tom irônico é *obrinha* quando este diz que o crítico considerou o seu romance, *O quinze, uma obrinha*. Ao provar a falha do crítico, o narrador almeja que o narratário creia no sentido contrário ao expresso pelo vocábulo, que não é uma *obrinha*, e sim, uma obra literária relevante. Além da questão irônica, a expressão *obrinha* revela uma mágoa do narrador em relação ao crítico, por este considerar seu romance de estreia algo menor, não digno de estar entre as obras literárias. Ainda no intuito de convencer o narratário de sua verdade, ou seja, de que o crítico era um *zoilo*, o narrador utiliza-se de outra estratégia, quando traz para o discurso uma voz de autoridade. Ao se defender das observações do crítico, o narrador busca no ilustre professor de Latim, *Dr. Matos Peixoto*, uma voz de autoridade. É esse *ilustre* professor de latim, conhecedor da formação da língua, e não um professor qualquer, que silencia o crítico, ao comprovar que o narrador não errou, mas, fez uso de uma construção metonímica.

Não satisfeito com a voz de autoridade do professor de Latim, o narrador, a fim de realmente convencer o narratário de que o crítico não tinha nada de *sensato homem*, faz uso de novos exemplos metonímicos, como o caso que o narrador anuncia que vai narrar. O conto, que se inicia no quadro I e termina no quadro III é, portanto, mais um caso de metonímia.

2.2 A obra em estudo: o conto

Como não é possível descrever toda a análise desenvolvida, apresentamos uma síntese que dá a compreender o início do conto, quadro I, que será objeto das atividades descritas na sequência. Alguns termos teóricos que remetem ao nível narrativo do percurso gerativo serão mantidos, uma vez que este nível fez parte do material construído, para introdução das atividades de leitura.

Há nessa primeira parte do conto um homem que vivia num estado de disjunção da vivacidade e da beleza. Essa relação de disjunção, (entre sujeito e objeto-valor), diz respeito à beribéri, doença tida pelo homem quando ainda era moço, *o que lhe arruinou para sempre o futuro*. A ausência de vivacidade está reiterada nas figuras *pernas fracas, o peito cansado e asmático, a cor terrosa, o olhar vidrado de doente crônico*. Por isso, mesmo não sendo um homem velho,

era *pior que velho, porque era gasto*. Esse aspecto decadente o colocava numa relação de disjunção da vivacidade e, conseqüentemente, da beleza. Por sua vez, *era homem de algumas posses, possuía casa própria com loja contígua, onde instalara o armazém, e quem tem comércio tem dinheiro*. No decorrer do texto, o homem, casa-se. A mulher escolhida pelo homem para ser manipulada a *querer casar-se com ele era moça pobre, magrinha, operária numa oficina de roupas de homem*. Como trabalhava de operária, numa fábrica de roupas de homem, vivia em disjunção da riqueza, do conforto e, por isso mesmo, tinha um aspecto de mal alimentada. A condição de vida, a falta das posses e de uma boa alimentação a colocavam num estado de disjunção da beleza, daí sua aparência estar figurativizada como mulher magrinha, com *cara de tísica*, ou ainda, como *nenhuma beldade*. A partir do perfil da moça a quem o homem procura para se casar, é possível pressupor que o homem, no papel actancial de destinador-manipulador, manipula a moça, no papel actancial de destinatário, por tentação. Ou seja, como não era jovem, saudável e belo, o que ele tem a oferecer a uma companheira é uma vida em conforto financeiro, cujas posses poderiam proporcionar.

É interessante realçar que o destinador-manipulador, consciente do que tem a oferecer ao destinatário, não procura por moça bela, rica, mas sim, por moça pobre, magrinha a qual ele julga poder se interessar pelo que tem a oferecer, ou seja, suas posses. Cabe à mulher, no papel de destinatário, analisar e julgar a proposta do destinador-manipulador; e, como a moça se casa, fica explícito que lhe interessava esse marido. Essa transformação da narrativa acarretará, ainda, outras mudanças de estados. A mulher, que antes do casamento era operária e que vivia numa relação disjunta da riqueza e do conforto, depois de casada passa a desfrutar dos bens do marido, com isso, entra em conjunção com a riqueza. Ou seja, agora, em sua casa, deixa a vida de operária e passa a comer bem, a viver no conforto, como indicam as figuras: *a boa carne fresca, o seu bom tutu, a sua salada de pepino, os doces de lata, as doces laranjas da serra que o marido comprava aos cento para a freguesia*.

Além dessa mudança de estado há outra, pois a boa alimentação, o novo estilo de vida causa alterações na aparência física da mulher, tanto que ela mudou como se fosse encantada. *Começou a botar corpo, a aumentar as*

polegadas nos lugares certos - parece até que estava crescendo. Além de a boa alimentação propiciar uma mudança física, a mulher, *com a afluência do dinheiro, deu para se vestir bem, se pintar, ondular o cabelo, usar engenho e arte a fim de aumentar os dotes naturais,* o que a colocou numa relação de conjunção com a beleza. Apesar de estar recebendo do destinador-manipulador, o esposo, as recompensas oferecidas no programa de manipulação, a mulher começa a demonstrar uma insatisfação em relação ao cônjuge, mais precisamente, ao tipo de convivência propiciada pelo seu marido. Pois, além das posses, do conforto e da boa alimentação, a única coisa que o homem proporcionava à esposa era *uma convivência morna, insossa, ité.* Era um marido com restrições alimentares e que não tinha atividades de lazer, não se interessava por cinema, rádio e nem por futebol. Além do desinteresse por atividades de lazer, ele também não se interessava por amor. O próprio porte físico do marido, *corpo franzino, amarelo não era de pedir amores,* ou melhor, não despertava na esposa desejos amorosos. Não há afetividade no casamento, o marido oferece à esposa apenas o objeto-valor, riqueza, figurativizada pelo conforto, boa alimentação. A insatisfação da esposa com essa convivência sem lazer, sem um relacionamento íntimo e afetivo, demonstra que a mulher buscava outro objeto-valor no casamento, não proporcionado até então pelo marido, por isso, *começou a lhe pesar o marido enfermiço, envelhecido antes do tempo.* É nesse contexto que suscita um sargento, assunto que será desenvolvido no quadro II.

2.3 A sintaxe discursiva e as atividades desenvolvidas

Quanto à sintaxe discursiva, nessa primeira parte do conto, os atores do discurso são projetados no enunciado por meio de debreagens paralelas ou alternadas, mais precisamente, um alternar entre debreagens enunciativas e enuncivas. O fragmento a seguir evidencia a escolha do enunciador em instalar um narrador para contar os fatos por meio de uma debreagem enunciativa.

Assim pois aconteceu numa cidade do interior – não conto onde,
para não dar lugar a maledicência

iii.

A desinência verbal –o, do verbo *conto*, indica o tempo presente e a primeira pessoa do singular, trazendo para o discurso um *eu*, que fala diretamente para um *tu*, no espaço do *aquí*, no momento do *agora*. Há, portanto, uma debreagem enunciativa, ou melhor, há um narrador dialogando diretamente com um narratário. Quando o narrador assume o discurso, narrando os fatos em primeira pessoa, traz para esse discurso marcas de subjetividade, de parcialidade diante dos fatos, disseminando sua visão (do narrador) no intuito de persuadir o narratário a ler os fatos da mesma forma que ele os compreende. Essa projeção de um *eu* dentro do texto deve ser observada com atenção, pois ao dialogar de forma direta e próxima com o narratário, o narrador tenta convencê-lo de suas crenças, de suas verdades e opiniões. Caberá a este, no entanto, realizar um fazer interpretativo e, a partir dessa interpretação, crer ou não no narrador.

Como o texto é organizado a partir de debreagens alternadas, ou paralelas, não há, no quadro I, delegações de voz aos personagens, isso por parte do narrador. O efeito de verdade, de simulacro da realidade se dá pela ancoragem dos atores no discurso. Primeiro, ao projetar as pessoas no discurso, o narrador opta pela não iconização dessas com nomes próprios, utilizando-se apenas de termos genéricos como homem, *mulher*, *moça pobre*, *marido* e *sargento*. O mesmo ocorre em relação à ancoragem do espaço, não há referência a um lugar específico, somente *numa cidade do interior*, *nessa cidade do interior*, ou ainda, referência a vários lugares, a fim de despistar o narratário do lugar certo dos fatos, *Ceará*, *Pernambuco*, *São Paulo*, *Pará*. Quanto ao tempo, não há uma data que possa reportar os fatos ao momento dos acontecimentos, unicamente *aconteceu*, *havia*, *em moço*. Em suma, é uma construção, uma organização discursiva que pretende causar o efeito de verdade e, para isso, utiliza-se do mistério, do segredo, ancorando tempo, espaço e pessoas de forma genérica, preservando a identidade das pessoas do discurso. Além dessa forma de ancoragem, algumas falas do narrador, quando este assume o discurso nas debreagens enunciativas, objetivam reforçar essa ideia de mistério, de segredo, de não identificação dos atores: *não conto onde, para não dar lugar a maledicência; E já que eu não quero designar o local do*

crime, qualquer nome desses serve. Essas falas reiteram a veracidade os fatos, por isso o mistério, o segredo em torno dos atores do discurso.

Como enfatizamos anteriormente, o conto diz respeito ao relacionamento de um homem e de uma moça, mais precisamente, do casamento desses dois sujeitos. Toda essa história é contada por um narrador, isso em primeira pessoa. Todos os fatos, os acontecimentos, em torno desses sujeitos, são apresentados ao narratário por esse narrador que não faz parte da história, mas que se mostra em várias instâncias no texto a partir de *debreagens* enunciativas. Não há, no conto, neutralidade diante dos fatos, e sim, construções que apontam para a opinião do narrador sobre a postura dos sujeitos da narrativa. O narrador, querendo persuadir o narratário a pensar como ele, constrói o discurso de maneira a colocar a esposa como uma mulher injusta, que depois de bonita e bela, começa a sentir no marido um fardo a carregar. *Começou a botar corpo, a aumentar as polegadas nos lugares certos – parece que estava crescendo; E as cores do rosto, então!; E assim bela e assim vestida e assim pintada e formosa, começou a lhe pesar o marido enfermiço, envelhecido antes do tempo.* A intensidade dada à beleza da mulher denuncia um narrador querendo induzir o narratário a observar uma injustiça cometida pela esposa, pois agora que não tem mais a cara-de-tísica, começa a se desgostar do marido enfermiço. Só depois dessa ênfase é que o narrador descreve o estilo de convivência do casal, ou seja, um relacionamento sem afetos, uma relação *morna, insossa, ité*. A falta de amor, de afeto, de um relacionamento íntimo com o marido pode ser a causa da mulher se desgostar do marido, mas isso não é o que o enunciador, por meio do narrador, quer que o enunciatário pense.

Voltando ao fragmento já citado, a conjugação do verbo contar, *conto*, no presente do indicativo, aponta para o sistema verbal enunciativo. Há uma coincidência, uma concomitância entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente, conforme sugere o esquema a seguir proposto por Fiorin (1999; 2006):

MR presente

concomitância

não concomitância

presente

anterioridade

posterioridade

pretérito perfeito1

futuro do presente

A conjugação do verbo acontecer, *aconteceu*, no pretérito perfeito 1, indica uma não concomitância entre a ação acontecer e o momento de referência presente, *contô*. Essa conjugação verbal, no pretérito perfeito 1, evidencia uma anterioridade dos fatos, em relação ao momento em que se enuncia. Nesse caso, em particular, o pretérito perfeito 1, por marcar uma ação anterior ao momento de referência presente, faz parte do sistema enunciativo.

A marcação do discurso por debreagens enunciativas ocorre inúmeras vezes ao longo do texto, instância em que o narrador assume o discurso:

E já que eu não quero designar o local do crime, qualquer nome desses serve;

Sei é que a cara-de-tísica, livrando-se das oito horas de trabalho, passando a comer bem, em casa sua, (...);

(...) pois não sei se contei que, de cara mesmo, ela não tinha nada de feia.

Os verbos *quero* e *sei* indicam uma concomitância entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente. A partir desse *eu*, é possível depreender um *aqui* e um *agora*, momento em que se enuncia. Essas construções são chamadas de enunciação enunciada.

Como dito anteriormente, as debreagens que ocorrem no texto são alternadas, paralelas, assim, há instância em que o discurso é enunciativo, como nas falas já destacadas e, em outras circunstâncias ocorre o predomínio do uso do sistema enuncivo, ocasião em que se projeta um *ele*, no tempo do *então*, no espaço do *lá*. Há, no sistema enuncivo, um distanciamento da enunciação, objetivando causar efeito de neutralidade do narrador perante os fatos narrados. Com essa estratégia do distanciamento, o narrador quer convencer o narratário de que está apenas narrando, contando os fatos de maneira imparcial, sem querer influenciá-lo de seu ponto de vista.

Quando há debreagem enunciva, ou melhor, quando os verbos fazem parte do sistema enuncivo, o momento de referência deixa de ser o presente e passa a ser o pretérito, como sugere Fiorin (1999; 2006):

MR pretérito

concomitância		não concomitância	
acabado	inacabado	anterioridade	posterioridade
pontual	durativo	pretérito mais	
limitado	não limitado	que perfeito	
pretérito	pretérito		
perfeito2	imperfeito	imperfectivo	perfectivo
		fut. do pret. simples	fut. do pret. composto

Para dar conta dessa discussão inicial, acerca das projeções da enunciação, organizamos duas sequências de atividades, figura 01 e 02. As atividades pretendem retomar a discussão teórica acerca da sintaxe discursiva, compreendendo a língua em uso e os efeitos de sentido pretendidos pelo enunciador. Começemos pela figura 01.

Figura 01 – Atividades de Análise Linguística do Conto

Atividade Escrita

1 – No início do conto são projetados no texto os tempos verbais, as pessoas e o espaço relacionados a esses verbos. Considerando o próximo fragmento, responda:

*Assim pois **aconteceu** numa cidade do interior – não **conto** onde, para não dar lugar a maledicência. Diga o pecado, mas não diga o pecador.*

a) Em que pessoa e tempo verbal está conjugado o verbo **contar**?

- Pessoa: *R = Eu – Primeira pessoa do singular*

-Tempo verbal: *R = Presente*

b) A ação de contar, expressa por **conto** é concomitante ou não concomitante em relação ao momento em que se narram os fatos? *R = Concomitante em relação ao momento em que se narram os fatos.*

c) Quanto à conjugação verbal **aconteceu**, esta diz respeito a um evento relacionado ao momento do presente ou a um momento no passado? *R = Passado*

d) A ação expressa por **acontecer** é concomitante ou não concomitante em relação ao momento de referência presente, figurativizado por conto? *R = Não concomitante.*

e) Em qual tempo e pessoa o verbo **acontecer** está conjugado?

- Tempo: *R = Passado*

- Pessoa: *R = Ele – 3ª pessoa do singular*

f) Onde se dá a ação de **acontecer**? *R = Numa cidade do interior.*

2 – A frase “**não conto onde, para não dar lugar a maledicência**”, retirada do texto, indica que há um narrador contando os fatos. Todos os eventos narrados virão carregados da visão desse

narrador sobre os fatos, ou seja, de marcas de subjetividade? Comente sua resposta. *R = Os fatos, narrados em primeira pessoa, trarão marcas de subjetividade, pois apontam para a visão do narrador sobre os fatos.*

3 – Ainda com base no conto, faça o que se pede:

a) Transcreva outras falas em que o narrador projeta um *eu* no discurso (texto). *R = - (...) não conto onde, para não dar lugar a maledicência.*

- *E já que eu não quero designar o local do crime, qualquer nome desses serve.*

- *Sei que a cara-de-tísica, livrando-se das oito horas de trabalho à mesa de costura ...*

- *(...) pois não sei se contei que, de cara mesmo, ela não tinha ...*

b) Retire das frases anteriores os verbos que estão no presente do indicativo. *R = Conto; Quero; Sei; Sei.*

c) Os verbos destacados indicam uma concomitância ou não concomitância em relação ao momento de referência presente? *R = Concomitância.*

Fonte: Material elaborado pela pesquisadora.

Quanto às atividades descritas na figura 02, estas vão dar conta da escolha do enunciador pelo discurso enuncivo que está presente em alguns momentos do texto, conforme se evidencia no fragmento seguinte:

Pois nessa cidade do interior havia um homem; não era velho, mas pior que velho, porque era gasto. Em moço sofrera de beribéri, o que lhe arruinou para sempre o futuro. Tinha as pernas fracas, o peito cansado e asmático, a cor terrosa, o olhar vidrado de doente crônico.

Os verbos *havia*, *era*, *tinha*, todos no pretérito imperfeito, têm como momento de referência o pretérito, marcado anteriormente no texto pelo verbo *aconteceu*. Esse passado é reiterado pela ancoragem de espaço, *pois nessa cidade*, ou seja, naquela cidade do interior, já explicitada antes, onde se deram os fatos. Esses verbos indicam uma concomitância em relação a um momento de referência pretérito. Conjugados no pretérito imperfeito, os verbos indicam um aspecto não limitado, inacabado, durativo, ou melhor, dão intensidade ao aspecto velho, às pernas fracas e ao peito cansado do homem. O tempo do discurso, no pretérito imperfeito, acarreta uma ideia de que os fatos são passados, no entanto, duradouros. Todos os verbos marcam uma concomitância em relação ao momento de referência pretérito, *aconteceu*. Vale destacar que, de acordo Fiorin (1999, 2006), os momentos de referência, passado e futuro, precisam ser marcados no enunciado, por exemplo, *em 1500, na semana que vem*, com isso haveria uma ancoragem do tempo linguístico no tempo

cronológico. Como no conto a escolha é pela não ancoragem num tempo e espaço determinado, a fim de não se identificar as pessoas do discurso, constrói-se um discurso sem essa ancoragem do tempo linguístico no tempo cronológico. Entretanto, é possível recuperar no texto o tempo pretérito^{iv}, ancorado por *aconteceu*, momento esse de referência para construções seguintes, como *havia, era, tinha*.

Além do pretérito perfeito, há outras construções verbais que apontam para o sistema enuncivo, como o pretérito mais-que-perfeito, representado por *sofrera*. Diferente dos verbos no pretérito imperfeito, a construção *sofrera*, no pretérito mais-que-perfeito, marca uma relação de não concomitância em relação ao momento de referência pretérito, *aconteceu*, já que a ação de sofrer é anterior ao momento de referência pretérito. Isso porque o homem sofre de beribéri, ainda *em moço*, antes de ter o aspecto velho, as pernas fracas.

Esse olhar sob os tempos verbais só tem razão de ser numa análise quando pensados no sentido que trazem para o texto. Sendo assim, há de se destacar que nessa primeira etapa do conto, quadro I, há uma recorrência de verbos no pretérito imperfeito. E mais, esses verbos geralmente apontam para estados, condições, atividades que o marido desenvolvia. Além dos já destacados, há outros que apontam para essa condição, conforme grifado a seguir:

E assim bela e assim vestida e assim pintada e formosa, começou a lhe pesar o marido enfermiço, envelhecido antes do tempo. Que, mal fechava o armazém, tomava a janta de leite (tinha cisma de carne), pegava o jornal, sentava na cadeira-preguiçosa até a hora de ir para a cama. Não queria saber de cinema, nem de futebol, nem sequer de rádio. Até mesmo por amor não se interessava grande coisa, que aquele corpo franzino, amarelo, não era de pedir amores.

Os verbos destacados anteriormente, todos no pretérito imperfeito, têm como momento de referência um pretérito, um momento anterior, quando *começou* o marido a pesar. Esses verbos apontam para algo inacabado, durativo, ou ainda, para a estaticidade, evidenciando, conseqüentemente, um marido pacato, sem lazer, com aspecto velho, pernas fracas, que não

proporcionava um relacionamento ativo à esposa, e sim, uma convivência morna, insossa, ité.

Para dar conta dessa reflexão, então, as atividades propostas na figura 02 foram desenvolvidas.

Figura 02 – Atividades de Análise Linguística do Conto

1 – Em relação ao excerto, responda:

*Pois nessa cidade do interior **havia** um homem; não **era** velho, mas pior que velho, porque **era** gasto. Em moço **sofrera** de beribéri, o que lhe arruinou para sempre o futuro. **Tinha** as pernas fracas, o peito cansado e asmático, a cor terrosa, o olhar vidrado de doente crônico. Contudo **era** homem de algumas posses, casa própria com loja contígua, onde instalara o armazém.*

a) A qual espaço está relacionada a expressão: **havia um homem**? R = *Nessa cidade do interior.*

b) Em relação à conjugação verbal, **sofrera**, responda:

1) Quando se dá a ação de sofrer? R = *Em moço.*

2) A quem se refere a ação de sofrer? R = *Ao homem.*

3) Em qual tempo verbal está conjugado o verbo sofrer? R = *Pretérito mais-que-perfeito.*

4) A ação de sofrer é concomitante ou não concomitante com o momento de referência pretérito, quando **aconteceu**, ou seja, deram-se os fatos? R = *Não concomitante.*

c) Em qual tempo verbal estão conjugados os verbos **havia**, **era** e **tinha**? R = *Pretérito Imperfeito.*

d) Os verbos **havia/era/era** e **tinha/era**, no contexto do texto, **expressam** ideia de:

(x) algo acabado, mas com ideia de continuidade, duratividade.

() fato acabado, completo, sem ideia de duratividade.

e) Complete o excerto transcrito a seguir concordando com a mudança no tempo verbal:

*Pois nessa cidade do interior **há** um homem; não é velho, mas pior que velho, porque é gasto. Em moço sofreu de beribéri, o que lhe arruinou para sempre o futuro. Tem as pernas fracas, o peito cansado e asmático, a cor terrosa, o olhar vidrado de doente crônico. Contudo é homem de algumas posses, casa própria com loja contígua, onde instalou o armazém;*

2 – No trecho seguinte, o verbo casar-se aponta para uma mudança de estado, ou seja, uma mudança na vida dos personagens.

*Bodega ou empório, era comércio, e quem tem comércio tem dinheiro; de jeito que, apesar de tão mal-ajambrado, o nosso homem **casou**.*

a) O verbo **casou** expressa ideia de passado, futuro ou presente? R = *Passado.*

b) O verbo **casou** expressa uma ação acabada, terminada ou uma ação contínua? R = *Ação acabada.*

c) Mesmo sendo **mal-ajambrado** o homem consegue se casar. O que pode ter despertado o interesse de uma mulher por esse homem? R = *A sua condição financeira.*

d) Os verbos **havia**, **sofrera** e **casou** estão todos no tempo pretérito (passado). Especifique, em frente aos verbos, em qual pretérito eles estão conjugados:

1) Havia: R = *Pretérito Imperfeito*

2) Sofrera: R = *Pretérito Mais-que-perfeito*

3) Casou: R = *Pretérito Perfeito*

3 – O casamento marca uma transformação na vida da esposa. Ao casar-se a mulher passa a desfrutar de uma boa alimentação e de algumas regalias que o dinheiro do marido podia comprar. Isso a transforma numa mulher mais bela e, ainda, com novos desejos e interesses.

*E assim bela e assim vestida e assim pintada e formosa, começou a lhe pesar o marido enfermiço, envelhecido antes do tempo. Que, mal **fechava** o armazém, **tomava** a janta de leite (tinha cisma de carne), **pegava** o jornal, **sentava** na cadeira-preguiçosa até a hora de ir para a cama. Não **queria** saber de cinema, nem de futebol, nem sequer de rádio. Até mesmo por amor não se **interessava** grande coisa, que aquele corpo franzino, amarelo, não **era** de pedir amores. Só a convivência morna, insossa, ité, como se diz em São Paulo.*

a) Os verbos destacados anteriormente estão todos conjugados no Pretérito Imperfeito do Indicativo. Qual ideia eles expressam em relação ao estilo de vida do marido? *R = Uma vida pacata, sem movimento, sem lazer.*

b) As terminações verbais de **fechava**, **tomava**, **pegava**, **sentava**, **interessava** propiciam uma certa cadência. Essa cadência aponta para um estilo de vida pautado na morosidade ou na agitação? *R = Morosidade.*

c) Ainda sobre os verbos listados acima, a ideia que trazem é de ações que ocorrem por um período temporário ou dizem respeito a um fazer contínuo? *R = Um fazer contínuo.*

d) Os verbos no pretérito imperfeito indicam uma concomitância ou não concomitância em relação ao momento de referência pretérito? *R = Concomitância.*

e) Reescreva o excerto a seguir passando os verbos destacados para o pretérito perfeito.

*Que, mal **fechava** o armazém, **tomava** a janta de leite (tinha cisma de carne), **pegava** o jornal, **sentava** na cadeira-preguiçosa até a hora de ir para a cama.*

R = Que, mal fechou o armazém, tomou a janta de leite (tinha cisma de carne), pegou o jornal, sentou na cadeira-preguiçosa até a hora de ir para a cama.

f) Há diferença de sentido entre os verbos conjugados no pretérito perfeito e imperfeito? *R = Os verbos no imperfeito dão ideia de algo repetido, todos os dias. Enquanto os verbos no pretérito perfeito exprimem uma ação que acontece uma única vez.*

g) Ao mudar o momento de referência para o presente, como fica o fragmento:

*Que, mal **fechava** o armazém, **tomava** a janta de leite (tinha cisma de carne), **pegava** o jornal, **sentava** na cadeira-preguiçosa até a hora de ir para a cama*

R = Que, mal fecha o armazém, toma a janta de leite (tinha cisma de carne), pega o jornal, senta na cadeira-preguiçosa até a hora de ir para a cama.

Fonte – Material elaborado pela pesquisadora.

Em suma, é em meio a esse relacionamento *insosso* que suscita o sargento. O que vai acontecer com o sargento é uma sequência que se dá no quadro II e III. É no quadro III, contudo, que o leitor vai compreender como o conto narrado faz parte de mais um caso de metonímia. Como não conseguimos dar conta de todas as partes do texto, vale acrescentar que a esposa se envolve com o sargento. No desfecho do conto (quadro III), o marido tomado pelo ciúme comete um crime, atirando num homem. Na delegacia ele vai explicar por que não matou a esposa e nem o sargento, mas sim o carteiro. Segundo o marido traído, era ele quem trazia as cartas do sargento para a sua esposa. Ou seja, mais um caso de metonímia, conforme o narrador anuncia ainda no quadro I.

Considerações finais

Quando iniciei minha pesquisa de doutorado, eu já coadunava com a definição de linguagem, leitura e análise linguística em voga no ensino da língua portuguesa, e isso eu devo a toda minha formação dentro do contexto de ensino de língua portuguesa, de que João Wanderley Geraldi sempre fez parte. O que era relativamente novo, no entanto, era aliar os estudos propostos pela Semiótica Discursiva, como uma teoria do texto e do discurso, à uma situação de sala de aula. Entender que quando estudamos as projeções da enunciação como escolhas de um enunciador, carregadas de intencionalidade e efeitos de sentido, uma prática de análise linguística, portanto, foi a forma que vislumbramos como esses pressupostos teóricos poderiam ir para a sala de aula.

Assim, ao longo da pesquisa, na interação em sala de aula por meio dos exercícios propostos, foi possibilitado aos alunos refletir sobre diferentes tempos e modos verbais, com ênfase na relação de proximidade ou distanciamento da enunciação. O objetivo era sair de uma mera classificação de tempos e modos verbais, como muitas vezes acontece na escola, e ensiná-los a partir do seu funcionamento, considerando uma reflexão epilinguística. Nesse sentido, os tempos e modos verbais foram compreendidos como escolhas carregadas de intencionalidade e efeitos de sentido que refletiam um fazer crer, um parecer verdadeiro construído pelo narrador. Em razão disso, mesmo escolhas de uso da linguagem tão distante do cotidiano dos alunos, como o pretérito mais-que-perfeito, foram compreendidas como uma linguagem coerentemente articulada ao sentido pretendido pelo enunciador.

Paralelamente às reflexões em prol do uso manifestado no texto estudado, os alunos foram incentivados, a partir da mediação da professora/pesquisadora, a aprofundar conhecimentos acerca da metalinguagem, observando como a estrutura morfológica caracterizava cada tempo e modo verbal abordado. Assim, com base em atividades epilinguísticas e metalinguísticas, a prática de análise linguística se concretizou.

Notas

* Sonia Merith-Claras, Doutora em Estudos da Linguagem, Professora Adjunta do Curso de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, ORCID: 0000-0001-7219-085X, e-mail: soniaclame@gmail.com.

^l Como utilizamos a versão da crônica disposta no livro didático, não indicaremos as páginas nos trechos citados.

^lConvém destacar que o tempo “pretérito perfeito” não necessita de uma ancoragem explícita.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARROS, Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2005.

BENVENISTE, Emilé. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.

BORGATTO, Ana; BERTIN, Terezinha; MARCHEZI, Vera. **Tudo é linguagem**. São Paulo: Ática, 2008. 4 v.

CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho. Teoria semiótica: a questão do sentido. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. vol.3. p.393-438.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula: leitura & produção**. 4.ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula: leitura & produção**. 4.ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984a. p.41-48.

GERALDI, João Wanderley. Prática da leitura de textos na escola. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula: leitura & produção**. 4.ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984b. p. 77-88.

GERALDI, João Wanderley. Unidades básicas do ensino de português. *In*: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula: leitura & produção**. 4.ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984c. p. 49-69.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MERITH-CLARAS, Sonia. **Semiótica, leitura, análise linguística: uma proposta de intervenção no ensino fundamental**. 2011. 356 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. *In*: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000162796>. Acesso em 24/05/2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica: língua portuguesa**. Curitiba, 2008.